



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

## AUTÓGRAFO N 35/2019

**Proposio** : Projeto de Lei n 12/2019  
**Autoria** : Executivo  
**Assunto** : Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaborao da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2020 e dá outras providências.

1

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAR, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuioes legais,

**APROVA:**

### CAPÍTULO I DISPOSIOES PRELIMINARES

**Art. 1.** Ficam estabelecidas as diretrizes para o Orçamento do Município, no exercício de 2020, compreendendo:

- I - As orientaoes sobre a elaborao e execuo;
- II - As prioridades e metas da Administrao Pública Municipal;
- III - As alteraoes na legislao tributária do município;
- IV - As disposioes relativas às despesas com pessoal;
- V - Outras determinaoes de gestão financeira.

**Art. 2.** As metas e prioridades da Administrao Municipal para o exercício de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta Lei, as quais tero precedência na alocao de recursos na Lei Orçamentária Anual, não se constituindo em limite  programo da despesa.

Pargrafonico:- As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-o modificadas por leis posteriores, inclusive a Lei Orçamentária Anual, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

**Art. 3.** As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2020 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:

I - Despesas Obrigatórias;
II - Prioridades e Indicadores por Programas;
IIA - Programas, Metas e Aoes;
III - Metas Anuais;
IV - Avaliao do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
V - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três exercícios anteriores;
VI - Evoluo do Patrimnio Líquido;
X - Estimativa e Compenso da Renúncia de Receita;
XI - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
XII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

### CAPÍTULO II



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

## DAS DIRETRIZES PARA ELABORAO E EXECUO DO ORÇAMENTO

### Das Diretrizes Específicas

**Art. 4.** A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020 obedecerá às seguintes disposições:

I - Cada programa identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas;

II - Na estimativa da receita considerar-se- a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

III - Os projetos em fase de execução tero prioridades sobre os novos projetos;

IV - Os recursos legalmente vinculados às finalidades específicas deverão ser utilizados exclusivamente para atendimento do objetivo de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**Art. 5.** As unidades orçamentárias (através de suas secretarias) da Administração Direta encaminharão à Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal suas propostas orçamentárias parciais até o dia 30 de junho de 2019.

**Art. 6.** A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura Municipal sua proposta orçamentária até o dia 31 de agosto de 2019.

** 1.** O Executivo encaminhará  Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias antes do prazo fixado no “caput”, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2019 e 2020, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o artigo 12 da Lei Complementar Federal n 101/2000.

** 2.** Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

**Art. 7.** A Lei Orçamentária conter Reserva de Contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e caso estes não se concretizem esta reserva ficará destinada para eventuais suplementações.

**Parágrafo nico:-** O valor da Reserva de Contingência terá seu limite máximo de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

**Art. 8.** Até o limite de 25% da despesa inicialmente fixada fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

**Art. 9.** Até o limite de 25% da despesa inicialmente fixada fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de créditos adicionais suplementares.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

**Parágrafo nico** Esta autorização poderá também constar da Lei Orçamentária.

**Art. 10.** Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, através dos Termos de Colaboração e Termo de Fomento, desde que observadas às seguintes exigências e condições estabelecidas na Lei Federal n 13.019 de 31 de julho de 2014.

**Art. 11.** Visando à realização e ao atendimento de atividades estabelecidas nos programas governamentais do Município, o Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades sem fins lucrativos, para, em seu nome, prestarem serviços  população, em conformidade com o estabelecido no artigo 116 da Lei Federal n 8.666/93.

**Art. 12.** Ficam proibidas as seguintes despesas:  
I - Novas obras, desde que bancadas pela paralisação das antigas;  
II - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenha em seu quadro societário servidor públicos da ativa;  
III - Pagamento de verbas de gabinete aos Vereadores;  
IV - Pagamento de anuidade de servidores e conselhos profissionais com OAB, CREA, CRC, entre outros;  
V - Distribuição de agendas, chaveiros, buquê de flores, cartões e cestas de natal entre outros brindes.

**Art. 13.** A Lei Orçamentária não consignar recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimnio público.

## Da Execução do Orçamento

**Art. 14.** Até trinta dias após publicação da Lei Orçamentária Anual o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

** 1.** As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais;

** 2.** A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo, poderão ser modificados conforme os resultados da execução orçamentária;

**Art. 15.** Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será determinada a limitação de empenhos e da movimento financeira.

** 1.** A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional  participação dos poderes Legislativo e Executivo no total das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2019 e de seus créditos adicionais.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

§ 2. A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3. A limitação de empenho e da movimento financeira será determinada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e por decreto.

§ 4. Excluem-se da limitação de que trata este artigo, as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução, bem como as contrapartidas requeridas em convenio com a Unio e o Estado.

**Art. 16.** Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivos ou benefício tributário que importem em renúncia de receita deverão obedecer às disposições da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro a que se refere o seu artigo 14.

**Parágrafo nico:** Excluem-se da referida obrigação os atos relativos ao cancelamento de créditos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança, bem como eventuais descontos para pagamento  vista do Imposto Predial e Territorial Urbano, desde que os valores respectivos tenham sido considerados na estimativa da Receita.

## CAPÍTULO III DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 17.** O Poder Executivo poderá encaminhar a Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções.

II - Revisão das taxas, tarifas e preços objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do município;

III - Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

IV - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A PESSOAL E ENCARGOS

**Art. 18.** O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e srio, incluindo:

I - A concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores.

II - A criação e a extinção de empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira.

III - O provimento de empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação vigente.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

IV - Revisão do sistema de pessoal, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público.

**Parágrafo nico:-** As alteraes autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotao orçamentária suficiente para atender as projees de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

**Art. 19.** O total da despesa de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês em referência, somado com as dos onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao fim de cada quadrimestre, não poderá exceder o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

**Parágrafo nico:-** Na verificao do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I - De indenizao por demissão de servidores ou empregados;

II - Relativa a incentivos  demissão voluntária;

III - Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o “caput” deste artigo;

IV - Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico.

V - Decorrentes da revisão geral anual de que trata o artigo 37, X da Constituio Federal.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIES GERAIS

**Art. 20.** Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo serão realizados de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal de que trata o Art. 14 desta lei, respeitado o limite máximo estabelecido no artigo 29-A da Constituio Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional 25/2000.

** 1.** No caso da não elaborao do cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados  razão de um doze avos por mês, aplicados sobre o total das dotaes orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite máximo previsto na Constituio Federal.

**Art. 21.** Os projetos de lei, relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

**Parágrafo nico:-** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicao dos recursos compenstorios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 dias, a contar da data do recebimento do pedido.

**Art. 22.** O sistema de controle interno do Poder Executivo será responsável por acompanhar, controlar, avaliar e emitir relatórios sobre os programas de governo, a fim de auxiliar o Chefe do Poder Executivo no cumprimento do seu dever com a legislao vigente.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

**Art. 23.** Caso o projeto de Lei Orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no artigo 35,  2, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programo poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total da despesa orçada.

**Art. 24.** As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2019 serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde.

**Parágrafo nico:-** Decorrido o prazo de que trata o caput e constatada, excepcionalmente, a necessidade de manutenção dos restos a pagar, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar sua validade, condicionado  existência de disponibilidade financeira para a sua cobertura.

**Art. 25.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Guar/SP, 27 de agosto de 2019.

Regina Rodrigues Coelho  
Presidente

Fabiana Junqueira Seribeli  
1 Secretária

Valdeir Ponciano da Silva  
2 Secretário